

Amazónia: futuro da humanidade ou começo do fim?

Regina Salvador

José Lúcio*

Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

Av. Berna, 26C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)

Tel.: +351.217933519

Fax: +351.217977759

e-mail: reginasalvador@fcsh.unl.pt

Resumo

Passaram-se sete anos desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, com a participação de 108 países e de mais outros 30.000 participantes.

Os sonhos e objectivos da “Cimeira da Terra” estão longe de ser alcançados. A esmagadora maioria dos países não conseguiu conciliar as suas políticas económicas e ecológicas, um casamento essencial para um desenvolvimento humano durável. A pobreza, que a Cimeira da Terra identificou como o principal motor da destruição do ambiente, ganha terreno, apesar de alguns indicadores económicos favoráveis. Por outro lado, a política de ajuda externa, essencial para o combate à pobreza, diminui. Os países ricos tinham-se comprometido, na Cimeira da Terra, a contribuir com pelo menos 0.7% do seu PNB para a ajuda ao desenvolvimento. Mas a situação actual não atinge os 0.3%.

O Brasil foi o país de acolhimento da Cimeira da Terra. A Amazónia é a metáfora perfeita da luta a favor do ambiente. Embora a “Grande Amazónia” se estenda por territórios da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Perú, Suriname e Venezuela, cerca de 65% da sua área está em solo brasileiro.

Será que a sensibilização da opinião pública e novas leis poderão encaminhar a Amazónia numa nova direcção?

Palavras-chave: “Cimeira da Terra”, desenvolvimento humano durável, Amazónia

* GITAP e DGPR.

Abstract

Seven years have passed since the UN Conference in Rio de Janeiro about Environment and Development with the participation of 108 countries and other 30.000 participants.

The main goals of "Cimeira da Terra" are far from to be reached. The majority of nations failed to get a compromise between its ecological and economical policies, that can be considered as an important connection in order to guarantee a sustainable human development.

The poverty, identified in Rio de Janeiro's Conference as the most important factor to explain the environment destruction, tend to grow year after year, in spite of some progress in macroeconomic indicators. On the other hand, we assist to a decrease in external aid to eradicate the poverty problem. The rich countries had made a compromise in Rio de Janeiro to make a contribution over 0,7% of their GNP to raise funds to development aid, but in the present situation that value do not reach 0,3%.

Brazil welcome "Cimeira da Terra". Amazon region is the perfect metaphor of the strike in behalf of environment. Although the Amazon Region is distributed among Bolívia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Suriname, Venezuela and French Guyana, about 65% of its area is included in brazilian territory.

Will public opinion and a new law arrangement guide the Amazon Region towards a new direction?

Keywords: UN Conference-Environment and Development, Sustainable human development, Amazon region

Résumé

Sept ans se sont écoulés depuis la Conférence des Nations Unis sur l'Environnement et le Développement, qui a eu lieu à Rio de Janeiro, avec la participation de 108 pays et plus de 30000 participants.

Les rêves et les engagements du "Sommet de la Terre" sont loin d'être réalisés. La majorité des pays n'a pas réussi à concilier ses politiques économiques et écologiques, un mariage essentiel pour un développement humain durable. La pauvreté, que le Sommet du Rio a estimé être le moteur de la destruction de l'environnement, gagne du terrain, malgré des indicateurs économiques favorables. En même temps, l'aide extérieure, Qui est essentielle pour combattre la pauvreté, diminue. Les pays riches s'étaient engagés, au "Sommet de la Terre", à verser, au

moins, 0.7% de leur PNB pour l'aide au développement. Mais aujourd'hui ces pays versent en moyenne moins de 0.3%.

Le Brésil a été l'hôte du Sommet de la Terre. L'Amazonie est la métaphore parfaite de la lutte en faveur de l'environnement. Bien que la "Grande Amazonie" s'étende à la Bolivie, au Brésil, à la Colombie, à l'Équateur, au Guyana, au Guyana Française, au Pérou, au Surinam et au Venezuela, elle est en majeure partie (65%) situé au Brésil.

La sensibilisation du public et les nouvelles lois pourront-elles faire prendre assez rapidement une nouvelle direction pour l'Amazonie?

Mots-clé: "Sommet de la Terre", développement humain durable, Amazonie.

"A Amazônia : uma página inédita e contemporânea do Génesis"

Euclides da Cunha

1. O Ambiente como uma componente do desenvolvimento

No pós-guerra, o termo "desenvolvimento" era usado como sinónimo de "crescimento económico", i.e., como aumento da produção e do consumo de um país ou região.

Mas, desde então, os estudos do desenvolvimento têm vindo a evoluir no sentido de uma crescente interdisciplinariedade. A complexidade dos fenómenos e dos processos em presença a tal o obriga.

Ao falar-se em "desenvolvimento", tem de se levar em linha de conta os aspectos geográficos, históricos, políticos, sociais, culturais, ambientais, etc. do território em estudo. Hoje em dia, o crescimento económico é visto como uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento.

Assim, no auge do "Welfare State" (anos 60) o conceito de desenvolvimento passa a ter cada vez mais um significado social, para além de económico. O PNB "per capita" deixa de ser uma medida adequada. Indicadores relativos ao nível educacional, ao serviço de saúde, à habitação e a outros serviços pessoais passam a ser incluídos para avaliar do desenvolvimento de um território.

É, por exemplo, o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), utilizado generalizadamente, hoje em dia. O IDH é uma média ponderada de três variáveis: esperança de vida à nascença; combinação da alfabetização adulta com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior; e nível de vida, medido pelo PNB real *per capita*.

Também a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) representaram um passo decisivo para a entrada numa nova era de empenhamento nos direitos humanos.

Contudo, a bipolarização imposta pela Guerra Fria transformou a retórica dos direitos humanos em mais uma arma de propaganda geopolítica. Nos anos 60 surgem dois Convénios – um para os direitos civis e políticos (Mundo Ocidental) outro para os direitos económicos, sociais e culturais (Bloco Socialista). Só na última década é que as estratégias de progresso económico e social, por um lado, e as de pressão política, reformas legais e questionamento ético, por outro lado, começam a ir a par. De qualquer forma, progressos gigantescos foram feitos : em 1900, nenhum país tinha sufrágio universal. Hoje, cerca de 3 / 4 dos países vivem em regimes democráticos.

A partir dos anos 80 o conceito de desenvolvimento amplia-se mais uma vez por forma a incluir aspectos ligados ao ambiente, tais como, por ex.: ausência de poluição atmosférica, sonora ou paisagística; acesso das populações a estilos de vida saudáveis, etc.. Surge, assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, usado pelos ambientalistas, a partir do “Relatório Bruntland” para exprimir o desejável equilíbrio entre crescimento económico e preservação ambiental. Basicamente, o conceito é usado no sentido de “garantir as necessidades da actual geração, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”¹.

O respeito pelas preocupações ambientais, culturais, religiosas, económicas (e outras) das populações tem como pressuposto o alargamento das suas escolhas, libertando-as de dependências e/ou de códigos morais ditatoriais. Assim, o actual conceito de desenvolvimento tem ainda implícita profundas mudanças nas instituições políticas e administrativas.

Para o alargamento do âmbito do conceito de desenvolvimento foi decisiva a contribuição de geógrafos como Yves Lacoste, Fremont, Yi-Fu-Tuan ou Peter Gould, nomeadamente no reconhecimento da importância da eficiência das estruturas internas e dos equilíbrios ou desequilíbrios territoriais para o crescimento global.

2. A emergência do paradigma ambiental

A preocupação com a segurança ambiental converge com o problema dos limites do crescimento e do desenvolvimento económico, introduzido na discussão pelo Relatório Meadows, elaborado há cerca de três décadas, no âmbito do Clube de Roma, por um conjunto de especialistas em economia dos recursos naturais.

¹ World Commission on Environment and Development (1987) – Our Common Future, New York.

Segundo este relatório, desde finais do século XIX que se assiste a um crescimento económico acompanhado pela exploração intensiva dos recursos naturais. A utilização dos recursos, à semelhança da evolução da população mundial, tem aumentado numa razão geométrica.

A consequência seria um inevitável desequilíbrio ecológico que, ainda segundo o Relatório Meadows, iniciar-se-ia por volta de 2030, 2050 ou 2100 (Figura 1), altura em que as reservas de matérias-primas e a produtividade da terra diminuiriam abruptamente, à semelhança dos ritmos de crescimento económico e de aumento da população.

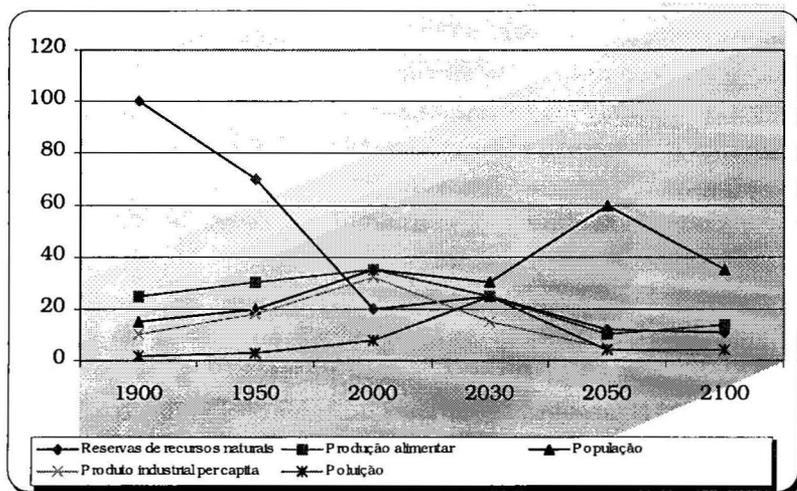


Figura 1 – O limite do crescimento segundo o Relatório Meadows

Adaptado de: Claval, Paul (1974: 335).

Apesar de o Relatório Meadows ter falhado nas suas previsões de desequilíbrio ecológico, as reflexões sobre o esgotamento dos recursos naturais não renováveis mantêm vivas as preocupações sobre o desequilíbrio dos ecossistemas.

As Nações Unidas passaram a organizar regularmente conferências destinadas a estabelecer regimes internacionais de gestão dos recursos naturais, em nome da “segurança ambiental”, assente numa crescente cooperação internacional no domínio da protecção do Ambiente e dos recursos naturais.

Explode a “revolução ecológica” que se traduz, entre outros aspectos, pela criação de Organizações Não Governamentais (ONG’s). Destacam-se o “World Wide Fund for Nature” (WWF - criado em 1961), com o estatuto de consultor oficial da ONU, Banco Mundial e outras organizações internacionais e o “Greenpeace” (criado em 1971).

Estas e outras organizações contestam o modelo de desenvolvimento baseado num crescimento sem limites e iniciam uma consciencialização dos problemas ambientais, pressionando os Estados para a produção de legislação protectora do ambiente.

Na Europa, durante a década de 70, foram criadas organizações não governamentais, como o European Environmental Bureau (EEB), para exercer pressão, junto da Comunidade Europeia. Dessas organizações vieram a surgir partidos políticos, os “Verdes” que, no Parlamento Europeu e nos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE, “*obrigam os partidos tradicionais a encarar pela primeira vez, com seriedade, o problema ecológico*” (Melo, 1993: 146).

Ainda durante o ano de 1972, a ONU realiza a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, em que são produzidos documentos como a *Declaração sobre Ambiente Humano*, um *Plano de Acção* (com 109 recomendações), uma larga lista de mecanismos institucionais e financeiros a serem implementados e é criado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA).

Nesta Conferência encontram-se dois movimentos claramente opostos:

- os “neo-malthusianos” que procuram travar o crescimento sem limites, defendendo o “crescimento zero” (preconizado por Malthus em finais do século XVIII);
- os “desenvolvimentistas”, em geral oriundos do 3.º Mundo, que defendem o direito ao crescimento, receando que os “*fundos dedicados na década de 60 ao desenvolvimento, fossem agora canalizados para a luta contra a depleção do meio ambiente comprometendo o seu processo de industrialização*” (Pires e Ramos, 1998: 6).

Alguns representantes dos países menos desenvolvidos expressavam as suas ideias com a famosa frase “**LET ME DIE POLLUTED!**”

Estes países reivindicam “*o direito de atingir níveis de industrialização idênticos aos dos países desenvolvidos ignorando os custos ambientais como haviam feito no passado os ditos países ricos*” (Idem).

Entretanto, começa a esboçar-se uma “terceira via” designada de *Eco-Desenvolvimento*, segundo a qual crescimento económico e preservação ambiental não são incompatíveis, mas antes, interdependentes para um efectivo desenvolvimento.

3. O desenvolvimento sustentável

O conceito de eco-desenvolvimento nasce, como vimos, em 1987, com o Relatório Brundtland, intitulado “*O Nosso Futuro Comum*”, publicado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

Neste documento salienta-se a necessidade de assegurar um crescimento económico “qualitativo”, tendo sido considerados como “suficientes” os recursos mundiais para satisfazer as necessidades humanas do futuro. As questões decisivas em debate diziam respeito à desigual distribuição espacial da população, em relação às capacidades de carga naturais, juntamente com o grau e extensão de usos ineficientes e irracionais dos recursos naturais.

Desenvolvimento Sustentável é definido como aquele que satisfaz as necessidades do presente (abordagem “sincrónica”), sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (abordagem “diacrónica”).

Este conceito marca a política ambiental internacional, dando início à “era do Desenvolvimento Sustentável”, em que se procura a compatibilização entre a Sociedade (na perspectiva da qualidade de vida), a Economia (ao nível da produção de bens e serviços) e o Ambiente (em termos de conservação da natureza).

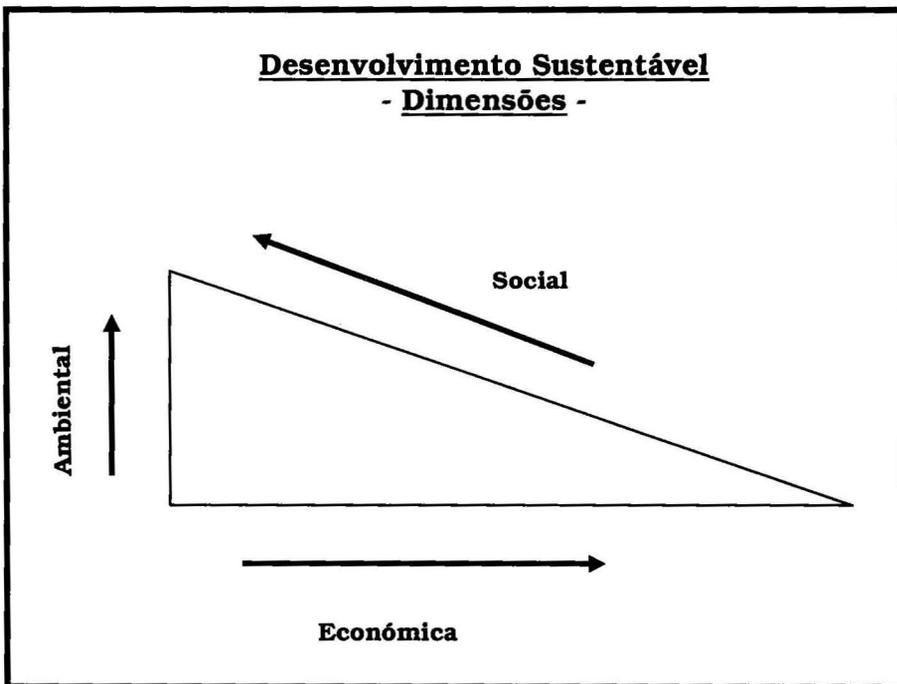


Figura 2

Durante a década de 80 a política de ambiente regista progressos significativo. O ambiente ganha dignidade constitucional em muitos países, em especial na Europa, tendo mesmo sido consagrado como um direito fundamental dos cidadãos.

A integração da componente ambiental nos vários sectores económicos torna-se imperativa, procurando-se a adopção de estratégias integradas de conciliação entre objectivos económicos e ambientais, por forma a promover o almejado Desenvolvimento Sustentável. A degradação ambiental passa a ser vista como uma barreira decisiva ao desenvolvimento.

Em 1992, realiza-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), 20 anos depois da Conferência de Estocolmo. Desta vez, os temas do ambiente e do crescimento económico são tratados em comum. Paralelamente, decorre o Fórum Global'92, que reúne Organizações não Governamentais de todo o mundo.

Nestes encontros pretende-se não apenas discutir e encontrar “soluções” para os problemas do ambiente e da população, mas também mostrar a relação existente entre eles e a necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento, assente numa distribuição equitativa da riqueza e da salvaguarda do ambiente para as gerações vindouras.

É neste sentido que a *Declaração do Rio* contém 27 princípios, que apontam o caminho em direcção ao objectivo do Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, o resultado mais positivo desta Conferência teve a ver com toda a publicidade que se gerou em torno dos problemas ambientais e da sua relação com o desenvolvimento. Infelizmente, não foram alcançados resultados concretos e inovadores.

De facto, os objectivos da Conferência definidos *a priori* não foram na sua maioria conseguidos:

- A *Carta da Terra* que se pretendia ter um valor semelhante à *Carta dos Direitos do Homem* é substituída pela *Declaração do Rio*, com “27 princípios líricos e diluídos” (Martinho, 1993: 87), sem referência a assuntos polémicos;
- Apenas são assinadas duas das três convenções previstas: a do Clima e da Biodiversidade (a das Florestas não é conseguida), com alguns princípios importantes, mas sem datas de concretização, nem metas estabelecidas, “esquecendo” os assuntos mais controversos;
- A Agenda 21, constitui uma *proposta de estratégia* para o século XXI, contendo programas de acção bem detalhados, ao longo de 40 capítulos. Trata-se de “*uma declaração de princípios sobre o desenvolvimento sustentável, um código de conduta sobre a transferência de tecnologias e uma listagem das medidas a alcançar*” (Idem: 87).

Contudo, não se estabelecem os necessários mecanismos (económico-financeiros, institucionais e de transferência tecnológica, indispensáveis para os países menos desenvolvidos) para a sua efectiva concretização, referindo apenas que seriam necessários 125 biliões de dólares por ano para financiar as medidas preconizadas.

- O Fórum Global reúne 1400 ONG's de todo o mundo, que conseguem alcançar consensos e elaborar propostas de acção "*que ultrapassaram a tradicional divisão Norte-Sul, que bloqueou a conferência oficial*" (Melo, 1993: 147).

4. O Ambiente no virar do milénio

Os problemas mundiais hoje existentes são muitos, e vão desde a degradação da camada de ozono, à destruição da diversidade biológica, passando pela desflorestação, a poluição da água ou do ar.

Muitas destas questões apresentam-se a um nível global, pois atravessam fronteiras e gerações. Trata-se de problemas em que "*de nombreux pays en sont responsables, mais aucun ne peut s'y attaquer efficacement en agissant seul*" (Banque Mondial, 2000: 91).

O agravar dos sintomas de uma crise ambiental global conduziu à inscrição do ambiente na agenda das relações internacionais. Deste modo, "é hoje uma convicção generalizada que o século XXI será essencialmente *o século do Ambiente*" (Soromenho-Marques, 2000: 33).

Mas as formas de degradação do ambiente são diferentes entre o Norte e o Sul. De facto, "*o Sul contribui mais para uma degradação local; o Norte para uma degradação global. Num caso, as florestas são cortadas para estender as terras cultivadas; noutra, a poluição atmosférica contribui para a deterioração da camada de ozono*" (Véron, 1996: 83).

Alterações essenciais no caminho traçado irão exigir investimentos substanciais na gestão de recursos e em tecnologias para tratar os diversos tipos de poluição. No entanto, quanto mais pobre for o país, mais difícil lhe será absorver esses custos.

Contudo, o trilho a seguir não pode ser outro, sobretudo se se atender aos problemas ambientais que têm acompanhado a senda de crescimento dos países mais ricos.

Por outro lado, a degradação ambiental nos países menos desenvolvidos pode acarretar outras consequências graves, nomeadamente, o acréscimo das despesas com a saúde e a redução da produtividade dos recursos. Todaro (1997: 347) refere, por exemplo, que a falta de água potável e de esgotos é responsável por 80% de todas as

doenças que ocorrem no mundo, e que, em cada ano, 270.000km² de solo perdem toda a sua produtividade, estando as perdas na produtividade agrícola estimadas entre 0.5% e 1.5% do PNB mundial.

Mesmo entre os países menos desenvolvidos já há quem defenda medidas para a protecção do ambiente, nomeadamente ao nível da emissão de gases que aumentam o efeito de estufa. Os pequenos Estados insulares e outros de fraca altitude defendem a redução das emissões, devido à situação periclitante em que se encontram. O Bangladesh é um exemplo paradigmático, pois uma elevação de apenas 1 metro do nível do mar provocará um êxodo de 70 milhões de pessoas e reduzirá a produção de arroz para cerca de metade (Banque Mondiale, 2000: 104; 106).

O estudo da problemática ambiental mostra-se, assim, de vital importância para o futuro da Humanidade.

5. O Ambiente nos países menos desenvolvidos

A ligação entre pobreza e degradação ambiental é reconhecida desde a década de 70, em especial após a Conferência de Estocolmo (1972). Em 1987, o Relatório Brundtland volta a reforçar esta ideia, ao afirmar que a pobreza é a principal causa e efeito dos problemas ambientais ao nível mundial. *“It is therefore futile to attempt to deal with environmental problems without a broader perspective that encompasses the factors underlying world poverty and international inequality”* (Forsyth *et al.*, 1998: 5).

Neste sentido, muitas partes do mundo estão “presas” numa *espiral descendente*: pobres são forçados a sobreutilizar os recursos ambientais para sobreviverem no dia a dia, e o empobrecimento do seu ambiente aumenta a sua própria pobreza, tornando a sua subsistência ainda mais difícil e incerta. Pobreza e problemas ambientais reforçam-se mutuamente.

O crescimento populacional dos países menos desenvolvidos tem sido associado à degradação ambiental, pois este é visto como a causa da escassez dos recursos, obrigando ao contínuo deslocamento dos mais pobres para terras marginais, cada vez menos produtivas.

O crescimento económico também é apontado como causador de degradação ambiental e potencial criador de marginalização, pois permite que alguns grupos beneficiem de melhorias, em termos de riqueza e de qualidade ambiental, enquanto outros são excluídos e abandonados à pobreza crescente e à degradação ambiental.

Na verdade, o crescimento económico, ao acarretar alterações na estrutura dos direitos de propriedade, com a privatização de alguns recursos de propriedade colec-

tiva, e a criação de uma economia monetária (fim da troca directa) pode marginalizar os pobres.

“The overlapping implications of population growth and economic marginalization for poverty and environmental degradation have led to a belief in a negative downward spiral for poor communities in face of economic and demographic change. To this may be added the additional impacts of environmental decay” (Forsyth et al., 1998: 10).

Quando estas alterações demográficas e económicas ocorrem de forma rápida e em áreas ecologicamente vulneráveis, as implicações no ambiente são ainda mais graves.

Esta visão, que reflecte precisamente a imagem de uma *espiral de pobreza*, descendente e viciosa, ainda hoje domina no seio dos doadores e entidades responsáveis pelas políticas de apoio ao desenvolvimento.

6. Amazónia : Um pouco de história

A vasta região amazónica constitui um paradoxo interessante para os estudiosos do desenvolvimento : por um lado, representa um recurso de importância planetária (quem não escutou já a frase – “Amazónia : o Pulmão do Planeta Terra?”); mas, por outro lado, esse mesmo potencial representa uma oportunidade imensa para o desenvolvimento da região e do próprio País (Brasil).

O Brasil foi o país de acolhimento da Cimeira da Terra. A Amazónia é a metáfora perfeita da luta a favor do ambiente. Embora a “Grande Amazónia” se estenda por territórios da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Perú, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa, cerca de 65% da sua área está em solo brasileiro.

Neste ponto encontramos-nos perante um conflito entre os que, na aparência, constituem os interesses mundiais da preservação ambiental e que apontam para a conservação rigorosa da mancha verde amazónica e os que sublinham as possibilidades de crescimento oferecidas pelos recursos naturais nela presentes.

Se, nestes últimos anos, a Amazónia tem despertado a atenção de cientistas, ambientalistas e defensores de direitos humanos, tal facto deve-se ao crescente interesse e sensibilização da comunidade internacional pelas questões ecológicas e ao surgimento de vastos projectos de transformação deste enorme espaço, de que são exemplos a construção da Transamazonia e a destruição de milhares de hectares de coberto vegetal.

No entanto, podemos perguntar se o lançamento de projectos de aproveitamento/transformação dos recursos regionais é tão recente quanto se pode supor. O exame de dados relativos à história económica do Brasil revela que, já em meados do

século XIX, se iniciou um processo de valorização produtiva dos recursos naturais presentes. Assim, podemos afirmar que a “*Amazônia viveu um sonho transitório de riqueza graças à borracha. O avanço da produção que vinha ocorrendo em décadas anteriores tomou grande impulso a partir de 1880.*” (Fausto, 1994 : 291).



Mapa 1

Fonte : Adaptado de “Institute of OMNI Resaerch”.

Esta expansão teve como resultado que “*a economia da borracha trouxe como consequência o crescimento da população urbana e a melhoria das condições de vida de pelo menos uma parte dela, em Belém e Manaus (...). No entanto, essas mudanças não levaram à diversificação das actividades económicas, capaz de sustentar o crescimento em uma situação de crise da borracha. E a crise veio avassaladora, a partir de 1910, devido basicamente à concorrência internacional provinda da Ásia. Para se ter uma ideia da reviravolta, basta referir que, em 1910, a borracha asiática representava 13% da produção mundial e, em 1915, aquele valor alcançava já os 68%* (Fausto, 1994 : 291, 293).

Assim, podemos afirmar que, em termos históricos, a Amazónia conheceu, desde finais do século passado, as primeiras tentativas de integração no espaço económico nacional/continental.

É disso exemplo a obra do grande intelectual brasileiro Euclides da Cunha, cuja morte prematura, em 1909, privou os seus leitores de uma obra sobre a Amazónia que prometia ser monumental : *Um Paraíso Perdido*. Mesmo antes da publicação de *Os Sertões*, Euclides da Cunha já se sentia atraído pela Amazónia. Mas só em 1905, ao chefiar a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, fez uma viagem cheia de percalços às origens de um dos rios mais extensos da região.

A longa e penosa viagem à nascente do Purus foi decisiva para que Euclides reflectisse sobre a região. Boa parte do livro comenta o clima, a natureza, as relações de trabalho nos seringais, o povoamento do Acre por nordestinos, a navegação fluvial, os caucheiros da Amazónia peruana.

Adepto do positivismo e republicano fervoroso, o engenheiro e ex-militar Euclides da Cunha acreditava nas forças inexoráveis do progresso e da civilização. Para ele o interior do Brasil era um deserto inculto, em oposição à suposta civilização do litoral. Depois de presenciar as atrocidades do Exército republicano na Batalha de Canudos, o escritor relativizou essa oposição.

Uma das suas lacunas foi não ter percebido o drama do nativo da Amazónia, o índio, rebaixado a “selvagem bronco” no capítulo “O Homem” de *Os Sertões*. Tal facto não o impede de tecer uma crítica aguda ao sistema de trabalho nos seringais, “a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano”. O sertanejo que migrou para a Amazónia é um expatriado dentro da própria Pátria. “É o homem que trabalha para escravizar-se”.

O seu olhar perplexo, a sua curiosidade sobre um Brasil esquecido, arcaico e espoliado, que ele designa genericamente de deserto ou sertão, não deixa de ser revelador. O olhar antecipa toda a discussão ecológica sobre a região : *“Há alguma coisa de extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto, sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela braveza... Estão amansando o deserto.”* (Trecho de “Terra sem História”).

7. Amazónia : Evolução recente

Podemos, assim, compreender um pouco melhor o dilema que se coloca, nos dias de hoje, não apenas no Brasil, como em todo o mundo, quanto à exploração económica da Amazónia - crescimento vs. protecção ambiental global.

“O seu imenso potencial, ainda relativamente desconhecido, constitui um desafio à ciência mundial e à sociedade brasileira. Reunindo cerca de 1 / 20 da superfície terrestre, 1 / 5 da água doce, 1 / 3 das florestas latifoliadas do globo, a Amazónia, pela sua diversidade biológica significa, por um lado, um símbolo ecológico ímpar e, por outro lado, uma fonte primordial para o desenvolvimento técnico-científico, particularmente da biotecnologia” (Becker / Egler, 1993 : 251).

A partir dos anos 70, acentuaram-se as transformações na região *“com a implementação de uma política desenvolvimentista que, baseada na tentativa de ocupação de todo o território nacional, desencadearam uma vigorosa migração do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, para as regiões Centro-Oeste e Amazónica. Associadas aos incentivos fiscais, criaram-se facilidades de penetração, com a abertura de uma rede rodoviária como as rodovias da Transamazónica, Cuiabá-Santrém, Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus, entre outras, construídas para servir de eixo de colonização do Centro-Oeste como da Amazónia”* (Sanches Ross, 1995 : 228-229)..

As opções de desenvolvimento agro-pecuário basearam-se na substituição de áreas florestadas por culturas de ciclo curto, como o arroz, feijão, milho e mandioca. Por outro lado, introduziram-se plantios de café e cacau nas regiões da Rondónia e Mato Grosso, através de ganhos de superfície potencialmente cultivável, baseados na prática de queimadas para limpeza dos terrenos.

Os resultados desta política foram discutíveis, pelo menos do ponto de vista da preservação do potencial ecológico. *“As chuvas fortes e prolongadas de Verão causam intensa erosão superficial, eliminando em menos de uma década as camadas férteis do solo. As temperaturas elevadas, a grande humidade e o regime de precipitações são os factores responsáveis pela perda acelerada da fertilidade do solo e pela erosão, com a consequente baixa da produtividade e a rápida deterioração das plantações. Deste modo, a floresta amazónica que já foi devastada em aproximadamente 10% da sua área em vinte anos, vai-se transformando em extensas pastagens de baixa produtividade e com baixo número de cabeças por hectare”* (Sanches Ross, 1995 : 229-230).

Assim, o *“exame do caso brasileiro quanto à modernização agrícola revela a grande vulnerabilidade das regiões nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Podemos afirmar que as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade”* (Milton Santos, 2000 : 92).

Em termos sociais, os resultados também não podem ser considerados animadores : *“Os problemas de produtividade, nível de renda, educação e saúde continuam sendo os mais agudos do Brasil. A degradação ambiental, com volumoso desperdício de recursos naturais é generalizada por todas as frentes de assentamentos de colonos”* (cf. Sanches Ross, 1995 : 231).

Face a este panorama que alternativas para um desenvolvimento equilibrado se podem colocar?

Concordamos com a perspectiva de que *“não se deve pretender que a mais vasta área de floresta tropical do planeta seja preservada totalmente como santuário ecológico, mas também não se deve incentivar a continuação de práticas agroeconómicas predatórias. É preciso encontrar um caminho de desenvolvimento regional que contemple os interesses do homem amazónico, do país como um todo e da conservação e preservação ambiental. Para a Amazónia, o desenvolvimento auto-sustentado parece ser o caminho a trilhar no presente e no futuro”* (Sanches Ross, 1995 : 231).

Um dos possíveis caminhos deverá residir, indiscutivelmente, na melhoria das aptidões da população, dado que *“education is one of the principal ways to escape from poverty, and there is no doubt that many people have used this route successfully”* (Baumol and Blinder, 1994 : 439).

O crescimento das capacidades instrumentais e do “Saber-Fazer” / “Saber-Saber” da população e a melhoria da eficácia no aproveitamento dos recursos disponíveis numa óptica de respeito pela “sustentabilidade do desenvolvimento” afigura-se essencial, uma vez que *“has huge amounts of natural resources, including fertile soil and abundant minerals, yet Brazil has a medium income per capita. Therefore, only when we include the human element of natural resources can we say that natural resources determine economic development”* (Miller, 1991 : 914).

O binómio Educação/Aproveitamento Equilibrado dos recursos naturais e o seu resultado lógico – o Desenvolvimento Sustentável – poderá afirmar-se nas próximas décadas como um dos paradigmas de *“superação dos problemas cada vez mais graves do meio ambiente e de sustentabilidade da nossa vida económica e social”*, afirma o Prémio Nobel da Economia Amartya Sen (Sen, 1999 : 1-2).

Assim, o desenvolvimento sustentável da Amazónia deve privilegiar não a *“dominação e exploração da Natureza pelo Homem, mas a vinculação do Homem à Natureza e a sua inserção num ambiente em que valha a pena viver. Em favor de uma sociedade o mais possível humana e de um mundo ambiente intacto, funcional e que corresponda aos valores humanos e onde o Homem possa usar todo o seu potencial”* (King, 1997:419) . Ou seja, que *“o desenvolvimento da Amazónia constitua realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade”*(Sen, 1999 : 337).

Bibliografia

- BAUMOL, W. / BLINDER, A. (1994) – Economics – Principles and Policy, Dryden Press, Orlando.
- BECKER, B. / EGLER, C. (1993) – Brasil – Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- CLAVAL, Paul (1974) – Éléments de Géographie Humaine, Lite & Marie Thérèse Génin, Paris.
- CUNHA, Euclides da (1999) – À Margem da História, Edição Martins Fontes (reeditado).
- EHLERS, Eckart (1999) – Environment and Geography. International Programs and Global Environmental Change: A Survey, IGU Bulletin, 49(1), pg.5-18.
- FAUSTO, B. (1994) – História do Brasil, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FIK, Timothy (2000) – The Geography of Economic Development, McGraw-Hill, New York.
- FORSYTH, Tim *et al* (1998) – Poverty and Environment: Priorities for Research and Policy – An Overview Study, Institute of Development Studies, Sussex.
- HODDER, Rupert (2000) – Development Geography, Routledge Contemporary Human Geography Series, London.
- KÜNG, H. (1997) - Uma Ética para a Política e Economia Mundiais, Edit. Vozes, Petropolis.
- LACOSTE, Yves (1976) - Géographie du Sous-Développement, PUF, 3eme.Ed., Paris.
- MARTINHO, Maria da Graça (1993) - CNUAD'92 Fórum Global'92: Duplo Sucesso ou Duplo Fracasso?, in “*Sociedade e Território*”, nº 18, Lisboa, pp. 84-89.
- MILLER, R. (1991) – Economics Today, Harper-Collins Publ. , New York.
- PIRES, Nidia; RAMOS, Helena (1998) - A emergência da consciência ambiental e a necessidade da análise de impactes na sociedade internacional em mudança, 4º Congresso da Água – Tema 4: Protecção e conservação dos recursos hídricos e do ambiente, Lisboa.
- PNUD (Relatórios Anuais) – Relatório do Desenvolvimento Humano, ONU
- POTTER, R. *et al.* (1999) – Geographies of Development, Longman, London.
- ROSS, S. (1995) - Geografia do Brasil, EDUSP, São Paulo.
- SANTOS, Milton (2000) – Por uma Outra Globalização, Ed. Record, Rio de Janeiro.
- SEN, Amartya (1999) – Desenvolvimento como Liberdade, EDUSP, São Paulo.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2000) – Batalhas pelo Desenvolvimento Sustentável, in “O Mundo em Português”, nº 4, Lisboa, pp. 33-34.
- TAAFE, E.J./MORRILL, R.L./GOULD, P. (1989) – The Error of Developmentalism in Human Geography, in Gregory, D./Walford, R. (Eds.), “*Horizons in Human Geography*”, Macmillan, London, pg.303-319.
- TODARO, Michael (1997) – Economic Development, 6th. Edition, Longman, London & New York.
- WORLD BANK (Relatórios Anuais) – World Development Report, Washington.
- PNUD (1998, 1999 e 2000) – Relatório do Desenvolvimento Humano, Trinova Editora, Lisboa.
- Tamames, Ramón (1997) – A Reconquista do Paraíso. Para Além da Utopia, Notícias Editorial, Lisboa.
- VÉRON, Jacques (1996) - População e Desenvolvimento, Coleção Saber, nº 231, Publicações Europa-América, Mem Martins.

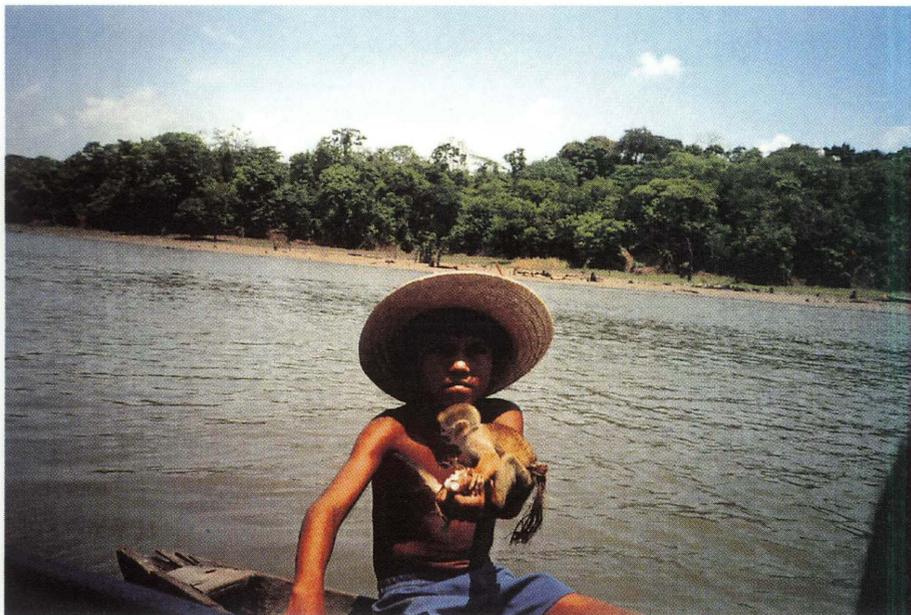


Foto 1



Foto 2



Crédito Habitação

Para o ajudar a morar na casa dos seus sonhos, o Crédito Agrícola desenvolveu um conjunto de soluções flexíveis de Crédito à Habitação, que lhe permitem optar pela região onde nasceu ou por aquela onde o seu coração pertence. E, com 500 balcões em todo o país, sabemos que, num sítio ou noutra, teremos sempre o prazer de contar com a sua vizinhança.



Se quer ir mais longe, fique já aqui.